

# Direito Constitucional

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

## Legislação Federal

### Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Legislação	Ementa
<u><a href="#">Emenda Constitucional Federal nº 99, de 14 de dezembro de 2017</a></u>	Altera o art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir novo regime especial de pagamento de precatórios, e os arts. 102, 103 e 105 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
<u><a href="#">Emenda Constitucional nº 96, de 06 de junho de 2017</a></u>	Acrescenta § 7º ao art. 225 da Constituição Federal para determinar que práticas desportivas que utilizem animais não são consideradas cruéis, nas condições que especifica.
<u><a href="#">Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016</a></u>	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.
<u><a href="#">Emenda Constitucional nº 94, de 15 de dezembro de 2016</a></u>	Altera o art. 100 da Constituição Federal, para dispor sobre o regime de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais; e acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir regime especial de pagamento para os casos em mora.
<u><a href="#">Lei Federal nº 13.361, de 23 de novembro de 2016</a></u>	Altera a Lei no 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da segurança pública.
<u><a href="#">Medida Provisória Federal nº 737, de 6 de julho de 2016</a></u>	Altera a Lei no 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da segurança. <u><a href="#">Convertida na Lei nº 13.361, de 2016</a></u>
<u><a href="#">Lei Federal nº 13.300, de 23 de junho de 2016</a></u>	Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.
<u><a href="#">Lei Federal nº 13.260, de 16 de março de 2016</a></u>	Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nos 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. <u><a href="#">Mensagem de veto</a></u>
<u><a href="#">Emenda constitucional nº 91, de 18 de fevereiro de 2016</a></u>	Altera a Constituição Federal para estabelecer a possibilidade, excepcional e em período determinado, de desfiliação partidária, sem prejuízo do mandato.

## Direito Constitucional

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<b><u>Mensagem de veto total nº 441, de 22 de outubro de 2015</u></b>	Projeto de Lei Complementar nº 274, de 2015 (nº 124/15 - Complementar na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal.
<b><u>Emenda Constitucional nº 90, de 15 de setembro de 2015</u></b>	Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social.
<b><u>Lei Federal nº 13.123, de 20 de maio de 2015</u></b>	Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto no 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências.
<b><u>Emenda Constitucional nº 87, de 16 de abril de 2015</u></b>	Altera o § 2º do art. 155 da Constituição Federal e inclui o art. 99 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para tratar da sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado.
<b><u>Emenda Constitucional 86, de 17 de março de 2015</u></b>	Altera os arts. 165, 166 e 198 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que específica.
<b><u>Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015</u></b>	Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.
<b><u>Emenda Constitucional nº 83, de 5 de agosto de 2014</u></b>	Acrescenta o art. 92-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.
<b><u>Emenda Constitucional nº 82, de 16 de agosto de 2014</u></b>	Inclui o § 10 ao art. 144 da Constituição Federal, para disciplinar a segurança viária no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

## Direito Constitucional

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<b><u>Lei Complementar nº 146, de 25 de junho de 2014</u></b>	Estende a estabilidade provisória prevista na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.
<b><u>Emenda Constitucional nº 80, de 04 de junho de 2014</u></b>	Altera o Capítulo IV - Das Funções Essenciais à Justiça, do Título IV - Da Organização dos Poderes, e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.
<b><u>Lei Federal nº 12.986, de 2 junho de 2014</u></b>	Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH; revoga as Leis nos 4.319, de 16 de março de 1964, e 5.763, de 15 de dezembro de 1971; e dá outras providências.
<b><u>Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014</u></b>	Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da Administração Federal, de servidores e policiais militares admitidos pelos Estados do Amapá e de Roraima, na fase de instalação dessas unidades federadas, e dá outras providências
<b><u>Emenda Constitucional nº 75, de 15 de outubro de 2013</u></b>	Acrescenta a alínea e ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e vídeo fonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.
<b><u>Lei Federal nº 12.864, de 24 de setembro de 2013</u></b>	Altera o caput do art. 3o da Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde.
<b><u>Lei Federal nº 12.858, de 9 de setembro de 2013</u></b>	Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal; altera a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; e dá outras providências.
<b><u>Emenda Constitucional nº 73, de 6 de junho de 2013</u></b>	Cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões.
<b><u>Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013</u></b>	Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

## Direito Constitucional

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u><a href="#">Emenda Constitucional nº 72, de 02 de abril de 2013</a></u>	Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.
<u><a href="#">Decreto Federal nº 7.963, de 15 de março de 2013</a></u>	Institui o Plano Nacional de Consumo e Cidadania e cria a Câmara Nacional das Relações de Consumo.
<u><a href="#">Decreto Federal nº 7.962, de 15 de março 2013</a></u>	Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico.
<u><a href="#">Decreto Federal nº 7.958, de 13 de março de 2013</a></u>	Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde.
<u><a href="#">Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012</a></u>	Modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos royalties e da participação especial decorrentes da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de concessão, e para disciplinar a destinação dos recursos do Fundo Social.
<u><a href="#">Lei Federal nº 12.734, de 30 de novembro de 2012</a></u>	Modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos <b>royalties</b> e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e para aprimorar o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha.
<u><a href="#">Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012</a></u>	Acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura.
<u><a href="#">Lei nº Federal 12.771, de 28 de Dezembro de 2012</a></u>	Dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, e dá outras providências.
<u><a href="#">Decreto Federal nº 7.724, de 16 de maio de 2012</a></u>	Regulamenta a <u><a href="#">Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011</a></u> , que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do <b>caput</b> do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.
<u><a href="#">Emenda Constitucional nº</a></u>	Acrescenta art. 6º-A à Emenda Constitucional nº 41, de 2003,

## Direito Constitucional

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u><a href="#">70, de 29 de março de 2012</a></u>	para estabelecer critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da publicação daquela Emenda Constitucional.
<u><a href="#">Emenda Constitucional nº 69, de 29 de março de 2012</a></u>	Altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.
<u><a href="#">Lei Federal nº 12.562, de 23 de dezembro de 2011</a></u>	Regulamenta o inciso III do art. 36 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal.
<u><a href="#">Emenda Constitucional nº 68, de 21 de dezembro de 2011</a></u>	Altera o <u>art. 76</u> do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
<u><a href="#">Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011</a></u>	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do <b>caput</b> e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº <u>6.938</u> , 31 de agosto de 1981.
<u><a href="#">Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011</a></u>	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
<u><a href="#">Medida Provisória nº 528, de 25 de março de 2011</a></u>	Altera os valores constantes da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.
<u><a href="#">Lei Federal nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011</a></u>	Dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011 e a sua política de valorização de longo prazo; disciplina a representação fiscal para fins penais nos casos em que houve parcelamento do crédito tributário; altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; e revoga a Lei nº 12.255, de 15 de junho de 2010.

## Direito Constitucional

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<a href="#"><u>Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2011</u></a>	Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.
<a href="#"><u>Emenda Constitucional nº 67, de 22 de dezembro de 2010</u></a>	Prorroga, por tempo indeterminado, o prazo de vigência do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.
<a href="#"><u>Decreto nº 7.393, de 15 de dezembro de 2010</u></a>	Dispõe sobre a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.
<a href="#"><u>Emenda Constitucional nº 66, de 13 de julho de 2010</u></a>	Dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de 1 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 2 (dois) anos.
<a href="#"><u>Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010</u></a>	Altera a denominação do <a href="#"><u>Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal</u></a> e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude.
<a href="#"><u>Lei Federal nº 12.255, de 15 de junho de 2010</u></a>	Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2010, estabelece diretrizes para a política de valorização do salário mínimo entre 2012 e 2023 e revoga a <a href="#"><u>Lei nº 11.944, de 28 de maio de 2009</u></a> .
<a href="#"><u>Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010</u></a>	Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social.
<a href="#"><u>Emenda constitucional nº 63, de 4 de fevereiro de 2010</u></a>	Altera o § 5º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre piso salarial profissional nacional e diretrizes para os Planos de Carreira de agentes comunitários de saúde e de agentes de combate às endemias.
<a href="#"><u>Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010</u></a>	Altera a <a href="#"><u>Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990</u></a> , que estabelece, de acordo com o <a href="#"><u>§ 9º do art. 14 da Constituição Federal</u></a> , casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de





## Direito Constitucional

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

	inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato.
<u><a href="#">Medida Provisória nº 474, de 23 de dezembro de 2009</a></u>	Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2010 e estabelece diretrizes para a política de valorização do salário mínimo entre 2011 e 2023.
<u><a href="#">Lei Federal nº 12.063, de 27 de outubro de 2009</a></u>	Acrescenta à <u><a href="#">Lei nº 9.868</a></u> , de 10 de novembro de 1999, o Capítulo II-A, que estabelece a disciplina processual a ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
<u><a href="#">Decreto nº 5.301 de 9 de dezembro de 2004</a></u>	Regulamenta o disposto na Medida Provisória no 228, de 9 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a ressalva prevista na parte final do disposto no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição, e dá outras providências
<u><a href="#">Lei Federal nº 9.882, de 03 de dezembro de 1999</a></u>	Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.
<u><a href="#">Lei Federal nº 9.868, de 10 de novembro de 1999</a></u>	Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
<u><a href="#">Lei-Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998</a></u>	Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.
<u><a href="#">Lei Federal nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995</a></u>	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

### Ação popular

[Lei Federal nº 4.717, de 29 de junho de 1965](#)

Regula a ação popular.

### Documentos públicos

[Lei Federal nº 11.111, de 5 de maio de 2005](#)

Regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 5º da Constituição Federal.

### Estatuto da cidade



## Direito Constitucional

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u><a href="#">Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001</a></u>	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.
<b>Habeas Data</b>	
<u><a href="#">Lei Federal nº 9.507, de 12 de novembro de 1997</a></u>	Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do <i>habeas data</i> .
<b>Mandado de Segurança</b>	
<u><a href="#">Lei Federal nº 12.016, de 7 de agosto de 2009</a></u>	Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.
<u><a href="#">Lei Federal nº 10.910, de 15 de julho de 2004</a></u>	Altera o artigo 3º da Lei nº 4.348 de 26 de junho de 1964 e dá outras providências.
<b>Legislação Federal</b>	
Legislação	Ementa
<u><a href="#">Lei Federal nº 4.348, de 26 de junho de 1964</a></u>	Estabelece normas processuais relativas a mandado de segurança.- Revogado pela Lei nº <u><a href="#">Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009</a></u> .
<u><a href="#">Lei Federal nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951</a></u>	Altera disposições do Código do Processo Civil, relativas ao mandado de segurança. Revogado pela Lei nº <u><a href="#">Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009</a></u> .



## Direito Constitucional

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

Legislação Estadual	
Legislação	Ementa
<a href="#"><u>Emenda Constitucional Estadual nº 71, de 2017</u></a>	Acrescenta dispositivo ao artigo 309 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.
<a href="#"><u>Emenda Constitucional Estadual nº 70, 12 de dezembro de 2017</u></a>	Modifica o Artigo 263 e acrescenta os parágrafos 6º e 7º ao Artigo 183 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.
<a href="#"><u>Emenda Constitucional nº. 69, de 2017</u></a>	Inclui os parágrafos 6º e 7º ao artigo 194, sem prejuízo para os demais, título 6º, capítulo 1, da tributação e do orçamento da Constituição Estadual.
<a href="#"><u>Lei Estadual nº 7596, de 23 de maio de 2017</u></a>	Dispõe acerca da disponibilização de informação, sobre medicamentos distribuídos gratuitamente à população pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e dá outras providências.
<a href="#"><u>Lei Estadual nº 7507, de 29 de dezembro de 2016</u></a>	Dispõe sobre o limite para pagamento de obrigações de pequeno valor de que trata o § 3º do art. 100 da Constituição Federal e altera a Lei Estadual nº 5.781, de 01 de julho de 2010.
<a href="#"><u>Emenda Constitucional Estadual nº 68, de 28 de julho de 2016</u></a>	Acrescenta inciso ao artigo 77 da constituição do estado do rio de janeiro, dispondo sobre o controle interno.
<a href="#"><u>Emenda Constitucional Estadual nº 67, de 19 de julho de 2016</u></a>	Acrescenta dois parágrafos ao artigo 2º da Emenda Constitucional nº 58/2014 que "altera o inciso XIII do artigo 77 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, dispondo sobre o limite único de remuneração".
<a href="#"><u>Emenda Constitucional Estadual nº 66, de 21 de julho de 2016</u></a>	Acrescenta o artigo 11-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual.
<a href="#"><u>Emenda Constitucional Estadual nº 65, de 15 de junho de 2016</u></a>	Acrescenta o § 5º, ao artigo 82, os incisos XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, os § 3º, § 4º, § 5º, § 6º, § 7º, § 8º, § 9º, ao artigo 83, o § 13, ao artigo 89, e modifica o inciso XIII, o inciso XIV e o § 2º do artigo 83; o inciso VI do artigo 92, da <a href="#"><u>Constituição do Estado do Rio de Janeiro</u></a>
<a href="#"><u>Emenda Constitucional Estadual nº 64, 17 de maio de 2016</u></a>	Modifica o inciso I do § 1º, do artigo 128 da Constituição Estadual do Rio de Janeiro, relativo ao limite de idade para a nomeação de Conselheiro para o Tribunal de Contas do estado do Rio de Janeiro.

## Direito Constitucional

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<a href="#"><u>Lei Estadual nº 7258, de 12 de abril 2016</u></a>	Estabelece regime de cotas para pessoas com deficiência para as empresas que firmarem contrato com o Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<a href="#"><u>Emenda Constitucional Estadual, nº 63, 21 de dezembro de 2015</u></a>	Dispõe sobre a licença às servidoras e funcionárias públicas em caso de perda gestacional e de nascimento prematuro, nos termos que menciona.
<a href="#"><u>Emenda Constitucional Estadual nº 62, 8 de dezembro de 2015</u></a>	Modifica o inciso II do Artigo 89, altera o inciso I do § 1º do Artigo 128, relativo ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral.
<a href="#"><u>Emenda Constitucional Estadual nº 61, de 17 de novembro de 2015</u></a>	Acrescenta o Parágrafo Único ao Artigo 119, da Constituição Estadual.
<a href="#"><u>Lei Estadual nº 6998, de 08 de maio de 2015</u></a>	Dispõe sobre o direito à objeção de consciência como escusa ao Princípio Constitucional insculpido no artigo 9º, §1º da Constituição Estadual.
<a href="#"><u>Emenda Constitucional Estadual nº 59, de 2015</u></a>	Modifica o inciso II do artigo 89, altera o inciso I do §1º do artigo 128 e o inciso VI do artigo 156, e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, relativo ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral.
<a href="#"><u>Lei Estadual nº 6924, de 26 de novembro de 2014</u></a>	Altera a lei nº 4.285, de 12 de março de 2004, que dispõe sobre a aplicação do art. 341 da Constituição Estadual. <a href="#"><u>Lei Estadual nº 4285, de 12.03.2004</u></a>
<a href="#"><u>Lei Estadual nº 6824, de 30 de junho de 2014</u></a>	Regulamenta o artigo 84 e seu parágrafo único da Constituição do estado do Rio de Janeiro sobre o direito do servidor público à licença sindical e dá outras providências.
<a href="#"><u>Emenda Constitucional Estadual nº 58, de 2014</u></a>	Altera o inciso XIII do artigo 77 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, dispondo sobre limite único de remuneração.
<a href="#"><u>Emenda Constitucional Estadual nº 57, 14 de maio de 2014</u></a>	Acrescenta incisos e parágrafos ao Artigo 125 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro
<a href="#"><u>Lei Estadual nº 6546, de 2 de outubro de 2013</u></a>	Trata sobre a disponibilização, pelo poder executivo, na rede hospitalar pública, em todo o estado do rio de janeiro e inclui o fornecimento gratuito de medicamentos indicados no tratamento de distúrbios correlatos, para a população em geral, portadora de

## Direito Constitucional

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

	dependência química advinda do tabagismo.
<u><a href="#">Lei Estadual nº 6528, de 11 de setembro de 2013</a></u>	Regulamenta o artigo 23 da Constituição do Estado.
<u><a href="#">Emenda Constitucional Estadual nº 54, de 18 de dezembro de 2012</a></u>	Acrescenta o artigo 360-A à Constituição do estado do Rio de Janeiro.
<u><a href="#">Emenda Constitucional Estadual nº 53, de 26 de junho de 2012</a></u>	Altera a constituição do estado, adequando-a às modificações introduzidas na constituição da república.
<u><a href="#">Emenda Constitucional Estadual nº 52, de 26 de junho de 2012</a></u>	Acrescenta § 7º ao art. 128 da Constituição Estadual.
<u><a href="#">Lei Complementar Estadual nº 143, de 9 de janeiro de 2012</a></u>	Regulamenta o Inciso XXIX do Artigo 77 da Constituição do estado do Rio de Janeiro (Emenda Constitucional nº 50/2011) que veda a nomeação de pessoas que se enquadram nas condições de inelegibilidade nos termos da legislação federal para o alto escalão da administração pública direta e indireta dos três poderes do estado do Rio de Janeiro, estabelecendo impedimentos, prazos de cessação e determina outras providências.
<u><a href="#">Lei Estadual nº 6118, de 19 de dezembro de 2011</a></u>	Fixa em obediência ao que preceituam os artigos 28, § 2º da Constituição Federal, e 99, IX, da Constituição do Estado, o subsídio do Governador, do Vice Governador e dos Secretários de Estado.
<u><a href="#">Emenda Constitucional Estadual nº 51, de 6 de dezembro de 2011</a></u>	Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 8º da Constituição Estadual, incluindo a acessibilidade no rol das garantias fundamentais do estado do Rio de Janeiro.
<u><a href="#">Emenda Constitucional Estadual nº 50, de 22 de novembro de 2011</a></u>	Acrescenta o inciso XXIX ao artigo 77 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.
<u><a href="#">Lei Estadual nº 6.032, de 06 de setembro de 2011</a></u>	Regulamenta o <u><a href="#">artigo 336</a></u> da Constituição do estado do Rio de Janeiro.
<u><a href="#">Emenda Constitucional Estadual nº 46, de 01 de junho de 2011</a></u>	Acrescenta o inciso XXVIII ao artigo 77 da <u><a href="#">Constituição do Estado do Rio de Janeiro</a></u> .
<u><a href="#">Emenda Constitucional Estadual nº 47, de 31 de maio de 2011</a></u>	Acrescenta o Inciso X ao Artigo 358 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.



## Direito Constitucional

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<b><u>Emenda Constitucional Estadual nº 45, 24 de junho de 2010</u></b>	Acrescenta o § 13º ao artigo 91 da Constituição do estado do Rio de Janeiro.
<b><u>Emenda Constitucional Estadual nº 44, de 12 de maio de 2010</u></b>	O Art. 307 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro passa a vigorar acrescido do seguinte inciso X.

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento  
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento**

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da  
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Data da atualização: 02.05.2018

Para sugestões, elogios e críticas: [seesc@tjrj.jus.br](mailto:seesc@tjrj.jus.br)